



DIÁRIO

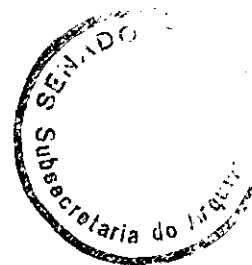
República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX — Nº 1

TERÇA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 8ª SESSÃO, EM 3 DE JANEIRO DE 1994

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 1, de 1994 (nº 1.079/93, na origem), de 28 de dezembro último, referente a escolha do nome do Senhor Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Athos Gusmão Carneiro.

— Nº 2 a 9, de 1994 (nº 1.083 a 1.090/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

Recebimento dos Ofícios nºs S/1 e S/2, de 1994 (nºs 189 e 117/93, na origem), das Prefeituras Municipais de Cachoeira do Itapemirim—ES e Santa Cruz do Escalvado—MG, respectivamente, solicitando autorização para contratação de crédito, para os fins que especificam.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JUNIOR — Novas medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal e, em especial, no concernente ao aumento das alíquotas do Imposto de Renda e da redução do repasse de 15% do Orçamento ao Fundo de Participação dos Municípios.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Votos de prosperidade ao Brasil no ano que ora se inicia. Notícia publicada no jornal *O Dia*, de Teresina, intitulada *Primavera*, abordando a reabertura do Banco do Estado do Piauí.

1.3 ORDEM DO DIA

Dispensada nos termos do art. 174, e, do Regimento Interno.

1.3.1 Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 305, de 1991 (Apostila)

Nº 447, de 1992 (Apostila)

Nº 246, de 1993 (Apostila)

Nº 602, de 1993

3 — ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 001 a 003, de 1994

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares**Ata da 8ª Sessão, em 3 de janeiro de 1994****10ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs.: Chagas Rodrigues e Nabor Júnior****ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Albano Franco — Alexandre Costa — Aluizio Bezerra — Chagas Rodrigues — Eptácio Cafeteira — Flaviano Melo — Garibaldi Alves Filho — Gilberto Miranda — Jarbas Passarinho — José Paulo Bisol — Marco Maciel — Mauro Benevide — Meira Filho — Nabor Júnior — Rachid Saldanha Derzi — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

**EXPEDIENTE
MENSAGENS****DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

**MENSAGEM Nº 1, DE 1994
(Nº 1.079/93, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,
Nos termos do parágrafo único, *in fine*, do artigo 104 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de

Vossas Excelências o nome do Doutor RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Athos Gusmão Carneiro.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília, 28 de dezembro de 1993. — **Itamar Franco.**

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS:**

NOME: Ruy Rosado de Aguiar Júnior

Nascimento:

Data: 30-4-1938

Município: Iraí

Unidade da Federação: Rio Grande do Sul

Carteira de Identidade: 8002583626

Órgão Expedidor: Secretaria de Segurança Pública — RS

CPF: 00641928068

Endereço Residencial:

Rua Mariante, 1061/1001 — Rio Branco — POA/RS — CJ 90430-181

Fone: (051) 331.9970

Endereço Profissional:

Corregedoria-Geral da Justiça — Tribunal de Justiça do Estado do RS

Praça da Matriz, 55 — Palácio da Justiça — 4º andar — CEP 90010-906 — POA/RS

Fones: (051) 224-3869 — 224-3311 — 224-3797 — 221-2298

GRAUS E TÍTULOS ACADÊMICOS

1. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aprovação plena.
2. Curso de Pós-Graduação em Direito — Especialização em Direito Penal. UFRGS. Conceito A.
3. Curso de Pós-Graduação em Direito — Mestrado em Direito Civil. UFRGS "Cum laudae".

ATIVIDADES PROFISSIONAIS QUE EXERCE

1. Desembargador do Tribunal de Justiça, desde julho de 1985.
2. Corregedor-Geral da Justiça (1992/93).
3. Professor do Curso de Pós-Graduação — Mestrado em Direito — da Faculdade de Direito da UFRGS, desde 1992.
4. Professor da Escola Superior da Magistratura — RS, desde 1981.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS EXERCIDAS

1. Promotor de Justiça, de 1963 a 1980.
2. Juiz do Tribunal de Alçada, de 1980 a 1985.
3. Diretor da Escola Superior da Magistratura — RS, 1986/87.
4. Diretor da Escola Nacional da Magistratura, 1988/89.
5. Professor de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito de Santo Ângelo, de 1967 a 1973.
6. Professor de Direito Penal, na UNISINOS, de 1973 a 1984.

PUBLICAÇÕES — LIVROS

1. Extinção dos contratos por incumprimento do devedor (Resolução). Ed. Aide. Rio de Janeiro, 1991.
2. Direito do urbanismo, IBAM, Rio de Janeiro, 1981. Publicação com outros.
3. Aplicação da Lei nº 6.416/77. Coleção Ajuris. Porto Alegre, 1977. Com outros.
4. Direito do consumidor e o Mercosul. Coleção Ajuris. Porto Alegre. Com outros. (no prelo).

PUBLICAÇÕES — PERIÓDICOS

1. Cláusulas contratuais abusivas. Revista do Consumidor. (no prelo)
2. Responsabilidade civil do Estado pelo exercício da jurisdição. Revistada Faculdade de Direito — UFRGS, 1993.
3. O novo código do consumidor. Revista Ajuris, vol. 53. 1991.
4. A Convenção de Viena e a resolução dos contratos internacionais. Anais da Semana de Estudos Jurídicos da Integração. 1991.
5. Interpretação. Revista Ajuris, vol. 45. 1989.
6. Embargos de terceiro. Revista dos Tribunais, São Paulo. 1988.
7. A sentença criminal condenatória e a resolução do contrato no Direito do Trabalho. Revista LTR. 1988.
8. Ensino jurídico. A reforma curricular. Revista Estudos Jurídicos. Unisinos. 1983.
9. Desquite por mútuo consentimento. Revista Ajuris, vol. 5. 1975.
10. Testemunhas do réu no procedimento sumaríssimo. Revista do Ministério Público — RS, vol. 4. 1974.
11. Controle jurisdicional do processo legislativo. Revista do Ministério Público — RS. 1973.

12. Ministério Público. Posição constitucional. Revista dos Tribunais, vol. 436. São Paulo. 1971.

PALESTRAS REALIZADAS NO CORRENTE ANO DE 1993

- 16-4-93 — IV Curso Nacional de Direito do Consumidor. IBPC. Porto Alegre. Tema: "Proteção do consumidor".
- 26-5-93 — IV Congresso Internacional de Derecho del Consumidor. Buenos Aires. "Cláusulas contratuais abusivas".
- 29-5-93 — III Congresso Internacional de Derecho de Daños. Facultad de Derecho. Buenos Aires. "Responsabilidade civil do Estado pelo exercício da função jurisdicional".
- 17-6-93 — Encontro Empresarial. Balanço de 2 anos do Código de Defesa do Consumidor. IDEC. São Paulo. "Casos Jurídicos".
- 24-6-93 — Jornadas de Direito Comparado. Asociación Argentina de Derecho Comparado. Rosário. "Aspectos do Direito Contratual no Brasil".
- 24-8-93 — Seminário sobre Justiça. Associação dos Advogados de São Paulo. São Paulo. "Juizados Especiais e de Pequenas Causa no RS".
- 27-8-93 — Seminário sobre Justiça Criminal. PUCRS. "Juizados Criminais Especiais".
- 27-9-93 — Painel "Justiça — Visão crítica e soluções". Unisinos. São Leopoldo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

De agradecimento de comunicação:

Nº 2 a 9, de 1994 (nº 1.083 a 1.090/93, na origem), de 29 de dezembro último, referentes às matérias constantes das Mensagens SM nºs 263, 264, 266, 267, 270, 280 e 288 a 293, de 1993, e CN nº 100 a 103, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu das Prefeituras Municipais de Cachoeiro de Itapemirim (ES) e de Santa Cruz do Escalvado (MG) os Ofícios nºs S/1 e S/2, de 1994 (nºs 789 e 117/93, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardarão a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A palavra está facultada aos Srs. Senadores.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, na forma regimental.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, as medidas econômicas que foram encaminhadas à consideração do Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República, na semana recém-finda, trazem, no seu bojo, algumas modificações na atual legislação tributária, objetivando aumentar a arrecadação da União, no exercício de 1994.

Dentre essas medidas, destaco o aumento da alíquota do Imposto de Renda em 5% e a criação de uma nova alíquota de 35% para os salários mais elevados percebidos no País. Esses 5% incidem sobre a alíquota de 25%, fazendo com

que aqueles que recolham 25% de Imposto de Renda na fonte passem a fazê-lo em 26,5%.

Isentou-se desse acréscimo, portanto, os contribuintes de Imposto de Renda que recolhem na base da alíquota de 15%. Com essas medidas, mantém-se o mesmo universo de contribuintes de Imposto de Renda.

Creio que a melhor solução seria aumentar a base dos contribuintes e não agravar ainda mais a situação daqueles que já vêm pagando esse imposto.

Sabe-se que, no Brasil, com uma população de 150 milhões de habitantes, somente pouco mais de 10 milhões pagam Imposto de Renda. Entendo que essas medidas de Governo são muito discutíveis, necessitando, portanto, muita negociação por parte do Ministro Fernando Henrique Cardoso para viabilizar a sua aprovação.

O aspecto mais controverso, entretanto, da proposta do Executivo está, a meu ver, no desconto de 15% nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios para a constituição de Fundo de Emergência, a ser administrado pelo Governo Federal. Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está provocando uma reação muito grande não só da parte dos Congressistas, mas também dos Governos estaduais e municipais, contra sua aprovação. Pois tais Fundos, na verdade, já são insuficientes para atender às necessidades das diversas Unidades da Federação e, sobretudo, dos Municípios brasileiros.

Tenho recebido apelos do meu Estado, de prefeitos e de autoridades estaduais, para votar contra essa medida. Acredito que outros parlamentares, igualmente, têm sido acionados por prefeitos e governadores dos seus Estados com o mesmo objetivo. É sabido que cerca de 90% das Prefeituras vivem exclusivamente do repasse dos recursos do FPM e que muitos Estados, inclusive o Acre, dependem basicamente do FPE para a sua sobrevivência.

Por essa razão, o Deputado Gonzaga Mota, do PMDB do Ceará, Relator da matéria na Câmara dos Deputados, sugeriu ao Governo Federal o aumento dos impostos incidentes sobre as operações financeiras e sobre o lucro das instituições bancárias, ao invés de reduzir em 15% os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. S. Ex^a expressava, com certeza, sua convicção de que dificilmente a proposta original será aprovada pelo Congresso Nacional.

Reduzir em 15% o repasse dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios é a mesma coisa que inviabilizar o funcionamento das administrações estaduais e municipais e, conseqüentemente, acarretar prejuízos incalculáveis às suas populações.

Desde já, Sr. Presidente e Srs. Senadores, manifesto aqui minha posição contrária à adoção dessa medida, porque ela prejudica inevitavelmente a economia do Acre e dos seus respectivos municípios.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito a oportunidade desta sessão, a primeira do Senado Federal no novo ano de 1994, para ocupar brevemente a tribuna.

Inicialmente, quero desejar à Nação brasileira e aos brasileiros um novo ano bem melhor do que o ano findo. Já se disse que o País retomou o seu crescimento; não estamos mais com uma economia estagnada. Esperamos que o problema fundamental do País, o desemprego, possa ser atacado e, de certo modo, oferecer sinais positivos neste ano que se inicia. Quem fala em criação de empregos e de postos de trabalho refere-se necessariamente à retomada do desenvolvimento, do crescimento e da produtividade no País.

Pronunciadas essas palavras introdutórias, quero me reportar a uma notícia que li no Jornal *O Dia*, de Teresina, em sua edição de 21 de dezembro próximo passado. A notícia constou da seção *Roda Viva* sob o título **PRIMAVERA**:

“O Banco do Estado do Piauí (BEP) deve ser reaberto em janeiro, prevê o secretário de Fazenda do Estado, Moisés Reis. Ele disse que, depois da assinatura, na quarta-feira, da consolidação da dívida do Estado, no valor de 550 milhões de dólares, o Governo do Estado vai pedir a volta do controle do Banco.”

Em inúmeras oportunidades, fiz referência especial ao Banco do Estado do Piauí. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque um banco de Estado, vale dizer, é um banco de todo um povo, de toda a comunidade piauiense. E, em segundo lugar, porque esse banco tem para mim uma significação especial.

Quando assumi o governo do Piauí, encontrei um banco privado que há muitos anos era deficitário, adquirido pelo governo anterior, quero crer, com boas intenções. Coube ao meu governo, em 1959, mudar o nome do banco, deixando de ser denominado Banco Comercial e Agrícola para ser Banco do Estado do Piauí S.A.

Apelamos aos piauienses, pessoas físicas e jurídicas, e tivemos uma contribuição: o capital foi aumentado. E a verdade, Sr. Presidente, é que o Banco foi inteiramente recuperado, de tal modo que o meu Governo foi o único, na história administrativa do Piauí, a pagar dividendos aos acionistas. Isso aconteceu nos dois anos que se seguiram ao primeiro ano de governo — já que o primeiro ano foi para a recuperação do banco.

Vi, posteriormente, em outros governos, a situação do banco ir se deteriorando até que, finalmente, foi objeto de intervenção e, por fim, de uma liquidação extrajudicial.

O atual Governador, Freitas Neto, tomou as providências necessárias, procurou, como se disse aqui, assinar o convênio sobre a consolidação da dívida; o Estado passou a acatar as diretrizes governamentais, passou a pagar, ainda que em proporções módicas — mas, para o Piauí, em altas proporções — a sua dívida. Criou-se uma situação nova, e o Banco do Estado do Piauí, conforme se anuncia, deverá ser reaberto e sob a inteira responsabilidade do Governo do Estado.

É verdade que, em outras ocasiões, desde o Governo Collor, anunciou-se a reabertura desse Banco e, até hoje, isso não aconteceu.

Assim, quero, nesta oportunidade, fazer um apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, nosso ex-colega Itamar Franco, a S. Ex^a o Sr. Ministro da Fazenda, nosso também colega Fernando Henrique Cardoso, e ao Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Sampaio Malan: desde que atendidas as exigências e as formalidades pelo Estado do Piauí, que mais uma vez demonstrem a sua boa vontade e autorizem a reabertura do Banco.

Isso irá ao encontro das necessidades econômico-financeiras do Estado e será da maior utilidade, do maior proveito para o nosso Estado, para todos: empresários, trabalhadores e, especialmente, os empregados do banco.

Sr. Presidente, reaberto o banco, desejamos que, através de assembléia, um dos diretores seja escolhido pelos próprios trabalhadores dentre os mais categorizados e mais capazes. Em toda parte, há uma visão nova de administração: administrar, hoje, é apelar, antes de mais nada, para a colaboração da comunidade. O Governo não é um órgão isolado; o Governo é a síntese da comunidade, o Governo tem que administrar ouvindo os vários segmentos da sociedade.

Se forem tomadas providências corretas e salutares, Sr. Presidente, acredito que toda a comunidade piauiense irá colaborar para o fortalecimento de nossa instituição. Estou informado de que, inicialmente, não haverá nenhuma agência fora do Estado e de que teremos um número reduzido de agências funcionando em Teresina, Florianópolis, Parnaíba e Picos. Será um início que — espero — produzirá os efeitos que a sociedade piauiense aguarda: que esse Banco venha a crescer e a pagar dividendos, como aconteceu ao tempo em que tive a honra de governar o meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SR. SENADORES:

Dário Pereira _ Elcio Alvares _ Francisco Rollemberg _ Henrique Almeida _ Hydekell Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Junior _ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Não há mais oradores inscritos.

Nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensei o período correspondente à Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quarta-feira, às 9:00 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 6, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos

Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 10, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

— Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo, tendo

Parecer proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Elcio Alvares, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário a emenda oferecida perante a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h03min.)

ATOS DO PRESIDENTE

Ato do Presidente nº 305/91 que aposentou NELY MA-MEDE MINUCCI, Analista Legislativo, Classe "1ª", Padrão III.

APOSTILA

Neste Ato, os efeitos da vantagem do art. 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, são concedidos a partir de 19-4-91.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

Ato do Presidente nº 447/92 que aposentou WILSON NERY RODRIGUES, Analista Legislativo, Classe Especial Padrão V.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato de concessão de Aposentadoria, para incluir o art. 193, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 246/93, que aposentou **ALBETISA DE JESUS NERI**, Técnico Legislativo, Classe Especial Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o presente Ato de Aposentadoria para excluir da fundamentação legal o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87/89, bem como incluir os artigos 34, § 2º e 37 da Resolução (SF) nº 42/93. Fica alterada, também, a denominação do cargo da servidora para Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 28.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
NÚMERO 602, DE 1993
Altera o Quadro de detalhamento da despesa do Prodasen.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e, com base no disposto no § 2º do art. 57, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Alterar o Quadro de Detalhamento da Despesa — QDD, da Unidade 02.103 — Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — **PRODASEN**, na forma do Anexo a este Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL (*)
NÚMERO 602, DE 27/12/93
02000 - SENADO FEDERAL
02103 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS - PRODASEN
CR\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR		ANEXO I		FISCAL SUPLEMENTAÇÃO	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
010070024.2026	ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	3.1.90.13	188	600.000	35.600.000
		3.4.90.39	100	35.000.000	
010070024.2026.0001	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL	3.1.90.13	188	600.000	35.600.000
		3.4.90.39	100	35.000.000	

CR\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR		ANEXO II		FISCAL CANCELAMENTO	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
010070024.2026	ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	3.1.90.14	188	600.000	35.600.000
		3.4.90.30	100	35.000.000	
010070024.2026.0001	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL	3.1.90.14	188	600.000	35.600.000
		3.4.90.30	100	35.000.000	

(*) Republicado por ter saído com incorreção no DO do dia 29/12/93

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 01, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 025.860/93-3, resolve:

Exonerar, a pedido, MARIA LAURA NAVARRO E MELO do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Josaphat Marinho, a partir de 23 de dezembro de 1993.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — p/ **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 002, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 025.862/93-6, resolve:

Exonerar PAULINO VIAPIANA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, a partir de 22 de dezembro de 1993.

Senado Federal, 4 de janeiro de 1994. — p/ **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 003, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 025.863/93-2, resolve:

Exonerar PEDRO WASHINGTON DE ALMEIDA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, a partir de 22 de dezembro de 1993.

Senado Federal, 4 de janeiro de 1994. — p/ **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCF

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes
	PMDB
Amir Lando	RO-3111/12
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
José Fogaça	RS-3077/78
Iram Saraiva	GO-3134/35
Jelson Carneiro	RJ-3209/10
Antônio Mariz	PB-4345/46
Pedro Simon	RS-3230/31
Wilson Martins	MS-3114/15
	César Dias
	RR-3064/65
	Mansueto de Lavor
	PE-3183/84
	Garibaldi A. Filho
	RN-4382/92
	Gilberto Miranda
	AM-3104/05
	Marcio Lacerda
	MT-3029/30
	Aluizio Bezerra
	AC-3158/59
	Divaldo Suruagy
	AL-3185/86
	Alfredo Campos
	MG-3237/38

	PFL
Josaphat Marinho	BA-3173/74
Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Odacir Soares	RO-3218/19
Elcio Alvares	ES-3131/32
	Hydekel Freitas
	RJ-3082/83
	Marcio Maciel
	PE-3197/98
	Henrique Almeida
	SP-3191/92
	Lourival Baptista
	SE-3027/28
	João Rocha
	TO-4071/72

	PSDB
Eva Blay	SP-3119/20
Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Mário Covas	SP-3177/78
	Almir Gabriel
	PA-3145/46
	Teotônio Vilela Filho
	AL-4093/94
	Vago

	PTB
Luiz Alberto	PR-4059/60
Carlos De'Carli	AM-3079/80
	Afonso Camargo
	PR-3062/63
	Lourenberg N. Rocha
	MT-3035/36

	PDT
Magno Bacelar	MA-3073/74
	Lavoisier Maia
	RN-3239/40

	PRN
Aureo Mello	AM-3091/92
	Ney Maranhão
	PE-3101/02

	PDC
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
	Gerson Camata
	ES-3203/04

	PDS
Esperidião Amin	SC-4206/07
	Jarbas Passarinho
	PA-3022/24

	PP
Pedro Teixeira	DF-3127/28
	João França
	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
	PMDB
Amir Lando	RO-3111/12
Antônio Mariz	PB-4345/46
César Dias	RR-3064/65
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60
Divaldo Suruagy	AL-3180/85
Juvêncio Dias	MA-3050/4393
Ronaldo Aragão	RR-4052/53
	Aluizio Bezerra
	AC-3158/59
	João Calmon
	ES-3154/55
	Onofre Quinan
	GO-3148/49
	Pedro Simon
	RS-3230/32
	José Fogaça
	RS-3077/78
	Ronan Tito
	MG-3038/39
	Nelson Carneiro
	RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elicio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB			
Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes		
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB			
Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RO-4062/63

PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekeli Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekeli Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
 Ramais: 3496 e 3497
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dario Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL			
Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekeli Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB			
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07

PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Celso Parente _ Ramais 3515 e 3516
 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares	Suplentes	
PMDB		
Jo Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho CE-3058/59
Wiviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz PB-4345/46
Auro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan GO-3148/49
Alson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão RO-4052/53
Insueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando RO-3110/11
Leô Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar BA-3160/61
Adro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos MG-3237/38
Em Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro RJ-3209/10
PFL		
Saphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira RN-3098/99
Arco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares RO-3218/19
Varo Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg SE-3032/33
Imundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio TO-4058/68
Illo Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida AP-3191/92
PSDB		
Valmir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras CE-3242/43
Ala Blay	SP-3119/20	Mário Covas SP-3177/78
Estênio V. Filho	AL-4093/94	José Richa PR-3163/64

PTB			
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80
PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18
PDC			
Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP			
Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
PT/PSB			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

**À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones
311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adaúto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.